

# LÍNGUA PORTUGUESA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COMPROMISSO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

**CRUZ, Josefa Almeida**  
[z-ilene@hotmail.com](mailto:z-ilene@hotmail.com)

**GUIMARÃES, Greice Torres**  
[greibela@hotmail.com](mailto:greibela@hotmail.com)

**OLIVEIRA, Vanúzia Gomes de**  
[vgvanuziagomes@gmail.com](mailto:vgvanuziagomes@gmail.com)

**ARAÚJO, Maria José de Azevedo (Orientadora)**  
Graduada em Pedagogia, Especialista e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Professora do Curso de Letras/Português da Universidade Tiradentes – UNIT.  
[azevedo1956@bol.com.br](mailto:azevedo1956@bol.com.br)

## **RESUMO**

Os estudantes da Educação de jovens e adultos apresentam dificuldades de leitura, escrita e compreensão de textos. A clientela da educação de jovens e adultos tem consciência da importância da língua portuguesa oficial para a sua segura sobrevivência na sociedade, visando à ascensão social. A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido restrito. Há décadas, buscam-se métodos e práticas educativas adequadas à realidade cultural e ao nível de subjetividade dos jovens e adultos. Nesse contexto, destaca-se a relevância da atuação de um professor crítico, capaz de habilitar os educandos com instrumentais apropriados para que possam interagir com a sociedade através do reconhecimento da ideologia dominante. Os estudos perpassam através da história da língua portuguesa e versa também sobre língua e linguagem. A pesquisa é qualitativa e bibliográfica. A fundamentação teórica está embasada nas teorias de Magda Soares, Carlos Alberto Faraco, e Cristóvão Tezza, entre outros que possibilitam um conhecimento teórico da prática pedagógica de jovens e adultos. Os resultados obtidos deverão apontar quais os motivos da presença do analfabetismo nas escolas públicas o que pode ser decorrência de diversos fatores como: a evasão, a repetência, as metodologias em sala de aula, as concepções adotadas pelos professores. Portanto, esse estudo contribuirá para que sejam repensadas as práticas de educação de jovens e adultos, e, assim, o educador ajude a formar cidadãos conscientes e críticos perante a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua portuguesa; Educação de jovens e adultos; língua e linguagem.

## ABSTRACT

The students of the young and adult education present difficulties of reading, writing and understanding of texts. The clientel of the young adult education has conscience of the importance of official Portuguese language for its survival in the society, aiming to the social ascension. The young education of adult is a field of practical and reflexion that inevitably overflows the limits of the school in a restricted sense. It is searched educative and practical methods adjusted to the cultural reality and to the level of the adult and young subjectivity in this context, we can distinguish the relevance of the performance of a critical teacher capable to qualify the students with appropriate instruments so that they can interact with the society through the recognition of the dominant ideology. The studies is done through the history of the Portuguese language and it's about the language. The research is qualitative and bibliographical. The study of theory is based on theories of Magda Soares, Carlos Alberto Faraco and Cristovão Tezza, possible of youngs and adults theoretical knowledge. The results will wich it can occurs of diverse factors such as: the evasion, the repetition, the methodologies used in the classroom, the conceptions adopted by the teachers. Therefore, this study will contribute so that the youngs and adults are rethink practical of education and, thus, the educator helps to form conscientious and critical citizens .

**KEY WORDS:** Portuguese Language, adult and youth education, language.

## INTRODUÇÃO

Buscou-se refletir sobre a importância da língua portuguesa na educação de jovens e adultos e oferecer uma contribuição literária não só para os estudantes do curso de letras, mas para todo e qualquer individuo seja ele aluno, pesquisador, critico, professor, escritor etc interessados na temática pois, no Brasil, o elevado índice de analfabetismo é motivo de preocupação uma vez que o analfabeto é visto como um indivíduo desqualificado para o exercício da cidadania, sendo muitas vezes considerado um mal social a ser extirpado.

Para a pesquisa, definiu-se o tema “língua portuguesa e educação de jovens e adultos” Essa e uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa bibliográfica. Está fundamentada em textos já produzidas, em livros, artigos científicos e outros documentos. Para tanto, a coleta ocorreu por meio da técnica de fichamento, feito através das leitoras pertinentes ao

tema. Utilizou-se também da pesquisa eletrônica em sites informativos, ligados às universidades através das publicações de periódicas científicas e especializados, devido ao interesse das pesquisadoras em avaliar a importância da língua portuguesa na aprendizagem de conhecimentos relevantes para a vida em sociedade e reconhecer a importância da língua portuguesa na educação especificada em geral.

O número de jovens e adultos com interesse em superar essa realidade tem crescido e cada vez mais, aumenta o número de escolas com o programa EJA. Assim o programa foi implantado na tentativa de solucionar os problemas ainda existentes no tocante ao número de pessoas sem um grau mínimo de instrução e tem como de suas metas a reabilitação do jovem e do adulto para integrar-se na sociedade atual movida pelos avanços da tecnologia.

As reflexões incidem sobre a necessidade de se implantar uma educação de jovens e adultos integrada a um processo ativo de alfabetização com propostas conscientizadoras, tendo por objetivo levá-los a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem. O intuito da pesquisa é verificar as metodologias de ensino utilizadas pelos professores da rede pública de ensino, observando as interações professor – aluno - conhecimento na relação ensino-aprendizagem;

Sabendo-se que tanto a educação quanto o analfabetismo são fenômenos sociais, entende-se que a escola é um dos mais sofisticados aparelhos ideológicos, pois sua formação educacional é contínua e duradoura, servindo também para dar ao trabalhador uma consciência subalterna. Analisar a contribuição da escola na Educação de Jovens e Adultos, de modo a subsidiar o aperfeiçoamento da formação cidadã foi o objetivo da pesquisa, a qual foi relevante no sentido de compreender os problemas enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos, destacando o papel imprescindível desta como um direito subjetivo do cidadão.

## 1 A LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

### 1.1 breve histórico da língua portuguesa.

A língua Portuguesa provém do latim, encontrada na grande família das línguas indo-européias representada em todos os continentes. A língua latina veio, com o tempo, a desempenhar um extraordinário papel na história da civilização ocidental, "menos por suas virtudes intrínsecas do que pelo êxito político do povo que dela se servia"<sup>1</sup>. Foram as vitórias de seus soldados e o espírito de organização de seus homens de governo que estenderam e, em parte, no auge de sua expansão, e a da Lusitânia a Mesopotâmia, e do norte da África à Grã-Bretanha. Até meados do IV sec. a.C os romanos pouco haviam ampliado as fronteiras do antigo Lácio. Foi com a guerra contra as samnitas, iniciada em 326 a.C. e terminada com a decisiva batalha de Sentino em 295 a.C. que começou a irresistível penetração romana na parte meridional da península Itálica, concluída em 272 a.C., com anexação de tarento.

Primenpia, então, o longo período das conquistas externas. Sucessivamente, vão sendo subjugados os territórios da Sicília (241 a.C.) da Sardenha e da Córrega (238 a. C.) da península Ibérica (229 a. C ) da costa este e sul da península Ibérica (218-197 a.C.) dos reinos helenísticos do oriente (200-168<sup>a.C.</sup>) da Gália Cesalpina (191 a.C.) da língua (154 a.C.), de Cartago e norte da África (146 a.C.) da Macedônia e da Grécia (146 a.C.), da Gália narbosene (118 a.C.), da Gráfia do norte (50".C.) da Mésia (29 a.C.), do noroeste da África (25 a.C.), do resto da Península Ibérica (19 a.C.), da Nórca (16 a. c.) da Récia (15 a.C.) da Panônia (10 d.C.), do resto da Trácia (46 d.C.), da Dacia (107 d.C.), da Arábia Patréia, da Armênia e da Mesopotâmia (10 d.C.)<sup>2</sup>.

Com razão, afirma Antonie Meillet. "A história política de Roma e a história da civilização

---

<sup>1</sup> A denominação latim vulgar, embora um tanto impróprio, tomou-se termo técnico da lingüística. Por ela devemos entender, de acordo com B. E. Vidos, "a língua falada por todas as camadas da população e em todos os períodos da latinidade". (Manuale de lingüística rom auza. Traduzione dall' olandese di G. Francescato. Firenze, Olschki, 1959, p. 201).

<sup>2</sup> Meillet in Edoucard Bourciez. Eléments de linguistique romane. 4.ed Paris, Klincksieck, 1946, p. 26.

romana explicam a história da língua latina.”<sup>3</sup> Os romanos levaram para as regiões conquistadas os seis hábitos de vida, as suas instituições, os padrões de sua cultura. Em contato com outras terras, outras gentes e outras civilizações, ensinaram mais também aprendiam.

### **1.1.1 Latim literário e latim vulgar**

Desde o sec. III a.C., pois, sob a benéfica influência grega o latim escrito com intenções artísticas foi sendo progressivamente apurado até atingir, no sec. I a.C. a alta perfeição da prova de Cícero e César, ou da poesia de Vergílio e Horácio. Em conseqüência acentuou-se com o tempo a separação entre essa língua literária, praticado por uma pequena elite, e o latim corrente a língua usada na Colônia que o diário pelos mais variados grupos sociais da Itália e das províncias.

A diferença era sentida pelos romanos que conservava o latim literário ou clássico, o inovador latim vulgar tinha inúmeras denominações de variedades da língua falada. Os soldados, colonos e funcionários romanos levaram o latim vulgar para as regiões conquistadas, com o surgimento de múltiplos fatores desenvolveram-se com o tempo nas chamadas línguas românicas.

### **1.1.2 As línguas românicas e o domínio visigótico**

A partir do sec. III da nossa era podemos dizer que a unidade lingüística do Império<sup>4</sup> não mais existia, embora continuassem os contatos políticas entre as suas diversas partes, interligadas por certa comunidade de civilização. E o que se entende por România, em contraste com Barbaria as regiões habitadas por outros povos. Neste período houve a contribuição de alguns fatos históricos no processo de dialectização.

---

<sup>3</sup> E quisse d'une de la langue latine. 3. ed. Paris, Hachette, 1933, p. 5.

<sup>4</sup> O Império foi então dividido em doze dioceses, e é uma coisa surpreendente ver nascerem nesse momento as nacionalidades modernas: houve uma África, uma Espanha, uma Grã-Bretanha, duas França (a de Tretores e a de Viena), duas Itálias (a de Milão e a de Roma). (André Piganiol. Histoire de Rome. Paris, P.V.

Em 284 a 305, Diocleciano governou instituindo a obrigatoriedade do latim como língua da administração. Mas anulou os efeitos dessa medida unificadora ao descentralizar política e administrativamente o Império em doze dioceses, caminho aberto para o aguçamento de nacionalismos regionais e locais. Em 330, Constantino, que se tomara defensor do Cristianismo, transferiu a sede do Império para Bizâncio, a nova Constantinopla.

Em 395 com a morte de Teodósio, o vasto domínio foi dividido entre os seus dois filhos, cabendo a Horácio o Ocidente, e a Arcádio o Oriente. O Império do Oriente teve vida longa, conservando-se até 1453. Já o Império do Ocidente com as inovações dos povos hunos, visigodos, ostrogodos, burguilhões, suevos, alanos e vândalos é vencido em 476, quando Romulus Augustus perde a liderança de seu Império por Odoacro. Nesse período as forças lingüísticas desagregadoras puderam agir livremente, e de tal forma que, em fins do sec. v, os valores regionais já estariam mais próximos dos idiomas românicos do que do próprio latim.

Em 409, foi invadida por um grupo heterogêneo de povos germânicos - vândalos suevos e alanos. Os alanos desapareceram rapidamente; os vândalos, depois de se haverem fixado na Bética, transportaram-se, em 429, para a África, onde fundaram um reino, que durou cem anos, os suevos estabeleceram-se na Galécia e na Lusitânia, mas no sec. VI foram absorvidos pelos visigodos. Os visigodos cedo se fundiram com a população românica<sup>5</sup>.

#### **1.1.4 O domínio árabe e o português primitivo**

Movidas pela guerra santa, as tribos árabes conquistam o Norte da África e, em 711, desembarcam na Península. Sete anos depois, com exclusão do pequeno reino do Duque Teodomiro, que por meio século ainda conservou sua autonomia, e de alguns focos de resistência nas montanhas das Astúrias, de onde partiria o movimento de reconquista o domínio muçulmano cobria toda a anterior Espanha visigótica.

---

<sup>5</sup> Neste período ocorreram 03 fatos:

1- a abolição da lei que proibia o casamento de godos com hispanos até de Leovegildo;

2- a conversão, em 586, de Recaredo ao Cristianismo;

3- o código, promulgado por Recesvindo em 654, que não mais distinguia os direitos das comunidades goda e hispana.

Os árabes, sírios e berberes que invadem a Península não trazem mulheres: casam com hispano-godos, tem escravas galegas e bascas. Entre os muçulmanos permanecem muitos hispano-godos, os moçárabes, conservadores do saber isidoriano; uns conseguem certa autonomia; os mais exaltados sofrem perseguições e martírio; outros se eslamizam; mas todos influem na Espanha moura, onde se fala romance ao lado do árabe<sup>6</sup>.

O galego-português surgiu na região que compreendia a Gália e a faixa lusitana entre o Douro e o minho constituindo-se uma unidade lingüística particular que conservaria relativa homogeneidade até meados do século XIV. O galego-português, provavelmente, teria contornos definidos desde o sec. IX que podemos atestar a sua existência através de palavras que se colhem em textos de latim bárbaro<sup>7</sup>.

### **1.1.5 Períodos evolutivos da língua portuguesa**

Segundo o sábio lingüista Jose Leite de Vasconcelos distinguiu as seguintes etapas na evolução do latim ao português atual.

- a) Latim Lusitânico, língua falada na Lusitânia, desde a implantação do latim até o século V;
- b) Romance lusitânico, língua falada na Lusitânia do séc. VI ao séc. IX, da qual, como da fase anterior, não temos nenhum documento escrito;
- c) Português prato-histórico, língua falada na Lusitânia, do séc. IX até fins do século XII, e da qual podemos vislumbrar algumas características nas palavras intercaladas em textos do latim Bárbaro;
- d) Português arcaico, que vai de princípios do século XIII (1214) até a primeira metade do século XVI, quando a língua começa a ser codificada gramaticalmente<sup>8</sup>;
- e) Português moderno, que se estende na segunda metade do século XVI até os dias que atuais.

---

<sup>6</sup> Rafael Llopesa. Op. cit. p. 95.

<sup>7</sup> Chama-se latim bárbaro a língua dos documentos que foram da idade média, em que, no texto latino, se inserem vocábulo do romance regional.

<sup>8</sup> A primeira gramática de nossa língua – a gramática da linguagem portuguesa, de Fernão de Oliveira – foi publicado em 1536.

Domínio atual da língua Portuguesa: O português é a língua oficial de Portugal, do Brasil e das antigas colônias portuguesas, hoje nações soberanas; as Republicas de Angola, de Cabo Verde, de Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe. É falado em áreas de quatro continentes.<sup>9</sup>

Segundo Pereira e Torres (1998), há milhões de anos, os homens que habitavam a Terra viviam de forma muito diferente da nossa maneira de viver. Sempre em pequenos bandos, caçavam e pescavam para sobreviver, moravam em cavernas e usavam pedaços de madeira e pedra para se protegerem dos ataques de animais grandes. Os bandos não eram organizados e a comunicação entre eles era bastante primitiva: uivavam e gesticulavam, tendo as mãos como principal instrumento de sobrevivência. Com o aumento da população e a escassez de alimentos, o homem foi modificando o seu modo de viver, buscando em novas formas, mais seguras e eficientes, o suprimento para as suas necessidades. Para que tudo isso acontecesse, a principal modificação foi aperfeiçoar a comunicação entre eles, pois seria complicado organizar estratégias de caça, pesca e outros apenas por ruídos e gestos. Foi a partir daí, que se originou a linguagem falada.

O homem primitivo, percebendo que a necessidade de sobrevivência se tornava cada vez maior e por causas externas advindas do meio ambiente (frio intenso), passou muito tempo dentro das cavernas e ali começou a fazer seus primeiros desenhos nas paredes, representando a sua vida diária. Esses desenhos são os primeiros passos para o surgimento da escrita. Conforme a necessidade de sobrevivência do homem foi evoluindo, a forma da escrita também foi evoluindo, atendendo assim as suas necessidades. Essa análise é necessária, pois nos leva a compreender que com o surgimento da escrita, o homem vem utilizando-a das mais

---

<sup>9</sup> a) na Europa: Portugal continental, o arquipélago dos Açores e a ilha da Madeira;

b) na África: o arquipélago de Cabo Verde, as ilhas de São Tomé e Príncipe e, no continente, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique;

c) na Ásia: Macau;

d) na América: o Brasil.



diversas maneiras e por diferentes povos e que o mundo em que vivemos está rodeado de escrita.

Muitas vezes definimos erroneamente Educação de jovens e adultos por isso, devemos conhecer um pouco da história dessa modalidade de ensino. Segundo Freire (apud Gadotti, 1979, p. 72) em Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta, os termos educação de adultos educação não-formal refere-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação, porém com finalidades distintas. Esses termos têm sido popularizados principalmente por organizações internacionais – UNESCO – referindo-se a uma área especializada da educação. No entanto, existe uma diversidade de paradigmas dentro da educação de adultos. A educação de adultos tem estado, a partir da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial, a cargo do Estado, muito diferente da educação não-formal, que esta vinculada a organizações não-governamentais.

Ate a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial, a educação popular era concebida como extensão da educação formal para todos, sobretudo para os menos privilegiados que habitavam as áreas das zonas urbanas e rurais. Após a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Dinamarca, em 1949, a Educação de Adultos tomou outro rumo, sendo concebida como uma espécie de Educação Moral. Dessa forma, a escola, não conseguindo superar todos os traumas causados pela guerra, buscou fazer um "paralelo" fora dela, tendo como finalidade principal contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz duradoura. A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos em Montreal, no ano de 1963, a Educação de Adultos passou a ser vista sob dois enfoques distintos: como uma continuação da educação formal, permanente e como uma educação de base ou comunitária.

A lei de reforma nº 5.692, que dedicou, pela primeira vez na história da educação um capítulo ao ensino supletivo foi aprovada em 11 de agosto de 1971 e veio substituir a Lei

nº 4.024/61, reformulando o ensino de 1º e 2º graus. Enquanto a última LDB foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a Lei de Reforma nº 5.692/71 foi elaborada em um prazo de 60 dias, por nove membros indicados pelo então Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho. O passo seguinte foi dado pelo MEC quando instituiu um grupo de trabalho para definir a política do Ensino Supletivo e propor as bases doutrinárias de Valnir Chagas. O ensino supletivo foi apresentado como um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operavam em ritmo crescente no país e no mundo.

Segundo Soares (2002), o Parecer nº 699/72, do conselheiro Valnir Chagas, estabeleceu-se a doutrina para o ensino supletivo. Os exames supletivos passaram a ser organizados de forma centralizada pelos governos estaduais. Os cursos, por outro lado, passaram a ser organizados e regulamentados pelos respectivos Conselhos de Educação. O Parecer nº 699/72 foi elaborado para dar fundamentação ao que seria a doutrina de ensino superior. Nesse sentido, ele viria a "detalhar" os principais aspectos da Lei nº 5.692, no que tange ao ensino supletivo, facilitando sua compreensão e orientando sua execução.

A estrutura de Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, seguiu a orientação expressa na legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos. O que até então era a "madureza" passou ao controle do Estado, foi redefinido e se transformou em Exames Supletivos. A novidade trazida pelo Parecer nº 699/72 estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ao atendimento da população que se encontrava fora da escola, a partir da utilização de novas metodologias.

A Lei nº 5.962/71 concedeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de

Educação para normatizarem o tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos Estados. Isso gerou grande heterogeneidade nas modalidades implantadas nas unidades da federação. Para implementar a legislação, a Secretaria Estadual da Educação criou, em 1975, o departamento de Ensino Supletivo (DESU) em reconhecimento à importância crescente que essa modalidade de ensino vinha assumindo. Segundo Soares (Apud Haddad, 1991, p. 189), durante o período entre 1964 e 1985, foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação.

Esta idéia de tecnologia a serviço do econômico e do pedagógico perdurou por todo o período estudado. O Estado se propunha a oferecer uma educação de massas, a custos baixos, com perspectiva de democratizar oportunidades educacionais, "elevando" o nível cultural da população, nível este que vinha perdendo qualidade pelo crescimento do nº de pessoas, segundo sua visão<sup>10</sup>.

## **2 LÍNGUA E LINGUAGEM**

A língua é a forma de comunicação mais usada. Todo ser humano procura, de algum modo manter contato com outras pessoas do seu grupo social. Esse contato é uma forma de comunicação. Para haver comunicação deve existir um código comum. A língua pode ser oral, escrita e por gestos. Em nosso dia-a-dia, empregamos a língua portuguesa de duas maneiras: lendo – língua oral e escrevendo – língua escrita. As duas se completam, mas apresentam diferenças fundamentais. Eis algumas diferenças e características: A linguagem escrita é adquirida, sobretudo na escola, formada por letras e sinais gráficos, empregada em certas circunstâncias. A linguagem oral adquirida no lar de modo natural, formada por fonemas, usada no dia-a-dia de forma espontânea.

A língua oral e escrita apresenta também diferentes níveis de formalidade:- nível formal (culto). Segue regras prescritas pela gramática. Usada em discursos, sermões,

---

<sup>10</sup> Haddad, 1989.

trabalhos científicos... E o nível informal (coloquial) que não segue rigidamente a norma culta gramatical, apresentando gírias. É própria da linguagem familiar usada no dia-a-dia em bilhetes, cartas, conversa com amigo. Na linguagem informal dizemos: É bom você ir ver ele, já na linguagem formal dizemos: É bom você ir vê-lo.

A linguagem é a representação do Pensamento por meio de sinais que permitem a comunicação e a integração entre as pessoas. A linguagem verbal é aquela que tem por unidade a palavra; A linguagem não-verbal tem outros tipos de unidade, como gestos, o movimento, a imagem e etc. A linguagem mista - como as histórias em quadrinhos, o cinema, e a TV utilizam a imagem e a palavra.

## **2.1 Língua e variedades linguísticas**

Língua é o tipo de código formado por palavras e Leis combinatórias por meio da qual as pessoas se comunicam e interagem entre si. São as variações que uma língua apresenta de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada. A norma culta - é a língua padrão, a variedade lingüística de maior prestígio social. A norma popular - São todas as variedades lingüísticas diferente da língua padrão. Os Dialectos São variedades originadas das diferentes da região, de idade, de sexo, de classes ou de grupos sociais e da própria evolução histórica da língua (ex. gíria). A Intencionalidade discursiva são as interações, explícitas ou implícitas, existentes na linguagem dos interlocutores que participam de uma situação comunicativa.

Conceituando texto: É uma unidade lingüística concreta, percebida pela audição (na fala) ou pela visão (na escrita) que tem unidade de sentido e intencionalidade comunicativa.

Discurso: É a atividade comunicativa capaz de gerar sentido desenvolvido entre interlocutores. Além dos enunciados verbais, engloba outros elementos no Processo comunicativo que também participam na construção do sentido do texto.

Coesão textual: São articulações gramaticais existentes entre palavras, órgãos, frases,

parágrafos e partes maiores de um texto que garantem sua conexão sequencial.

Coerência textual: é o resultado da articulação das idéias de um texto; e a estrutura lógica - semântica que faz com que numa situação, discursiva palavras e frases.

A Linguagem podem ser rezada de diferentes formas pelo emissor de uma mensagem durante um processo de comunicação. A escolha precisa da função da linguagem mais adequada aumenta a chance de êxito no processo de comunicação ou seja, a reação desejada no receptor.<sup>11</sup>

## **2.2 Leitura e produção de texto em sala de aula**

Ao refletir sobre o trabalho com a modalidade oral da linguagem, independente de sua escolaridade, o aluno do EJA, se for um falante de português, sabe português. Ele usa a língua para interagir em varias situações, nos grupos sociais com os quais convive. A variação e um fenômeno inerente as línguas, não havendo a menor evidencia científica que justifique que o Português que se fala hoje e "pior" do que o de antigamente. Mas é inegável que essas variedades são valorizadas de modo diferente pela comunidade de falantes. As mais prestigiadas são aquelas faladas pelos segmentos mais ricos da população. A discriminação lingüística e uma entre tantas outras formas de exclusão provocadas pela concentração da riqueza.

A escola não pode estigmatizar o jovem ou o adulto em função dos traços que marcam a sua fala. Deve, promover o debate e a interlocução, considerando que a necessidade de expor pontos de vista, defender direitos, argumentar, essas competências são cada vez mais exigidas nos espaços profissionais e na vida pública. Falar sem se intimidar diante de qualquer interlocutor, expor com clareza e fluência temas para além dos da esfera do

---

<sup>11</sup> Tópicos - O processo de comunicação: emissor e receptor - repertório e código - intenção - meio, mensagem e ruído. Relação entre o processo de comunicação e as funções da linguagem: - Expressiva - Emissor. - referencia - contexto, - fática-meio, - Apelativa - Receptor - Poética - mensagem, metalingüística - código. Função expressiva - Primeira pessoa do singular (eu) 1 – emissão, 2 – interjeição, 3 – exclamação

cotidiano, avaliar o que o outro fala para não se deixar enganar ou para reformular posições, respeitar orientações ideológicas diferentes traduzem capacidades essenciais ao exercício da cidadania numa cultura, tão fortemente como a brasileira.

É importante que se criem situações nas aulas de língua Portuguesa para que os alunos possam ampliar seu domínio da modalidade oral da língua em instâncias públicas, para que possam atuar em debates entrevistas assembléias, gêneros fortemente marcados pela escrita.<sup>12</sup>

Nós discordamos com a citação do ator que diz que não se faz necessário falar certo; ao monitorar sua fala, em função da reação da platéia, tomar nota de aspectos relevantes em uma exposição ou palestra para compreender o conteúdo tratado. Em uma sociedade que vem se democratizado, é comum nos deparamos com situações em que lideranças, independente de ser grau escolaridade, independente da variedade lingüística que falam. Quanto mais diversificadas forem as experiências sociais e culturais vivenciadas, mais vontade os alunos de EJA se sentirão para atuar em contextos diferente ajustado seu modo de falar.

É importante lembrar o texto da leitura é composto possibilidades, porque são inúmeras as experiências que eles podem oferecer e os propósitos com as pessoas se aproximam deles, Os livros e jornais podem informar sobre fatos da realidade e alimentar desejos e sonhos do que parece ser impossível, podem traduzir sentimentos que o afligem e não expresse com clareza a resposta do leitor.

A palavra texto, em seu sentido etimológico, significa tecedura, contexto, drama. É uma enunciação construída com coesão e coerência. Envolve sempre uma intenção e, com qualquer ato de comunicação, pressupõe um emissor e um destinatário. Todo texto envolve enigma, e o seu entendimento decorre não apenas da compreensão do seu conteúdo temático, mas, de maneira decisiva, da identificação de sua intenção. É nesse ponto que pode diferenciar aspectos envolvidos no ato de ler e escrever a diferença entre ler e interpretar<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Fonte: [www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01html](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01html)

<sup>13</sup> Fonte: [www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01html](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/jovens01html)

Ler significa colher tudo quanto vem escrito. Interpretar e selecionar os elementos fundamentais para realizar o sentido do texto. O leitor que interpreta deve saber cumprir sua tarefa de decifrar, compreender, escolher, traduzindo fielmente o mesmo, servindo-se dialeticamente do outro. Quando o leitor interpreta e compreende a expressão escrita, torna-se um mediador que faz uma co-enunciação resultante da possibilidade simbólica do evento do texto. É fundamental no dia-a-dia escolar, ajudar o aluno do EJA a perceber essa dialética. Dessa forma é importante trabalhar procedimentos e valores que revestem esse processo, para que os alunos possam participar essencialmente da construção da mensagem do texto. A escola é onde o aluno exercita os modos de abordar os textos, onde aprende esse diálogo com que está escrito.

Resulta daí a necessidade de trabalhar textos pertencentes a diferentes gêneros, explorando as possibilidades que todos eles deixam em aberto. Texto verbal (bilhetes, anúncios, convites, bulas, notícias, artigos científicos, verbetes, contos, crônicas, fábulas, novelas, romance etc.) e também textos não verbais (fotos, desenhos, sons, gestos etc.) aguardam os olhos atentos de um decifrador, sempre disposto a perceber possibilidade intrínsecas que fazem parte da trama, da tecedura, da forma como estão apresentados. “

“Entretanto, se todos concordam com a existência e com as vantagens da língua padrão pouca gente - se e que ha alguém - será capaz de descrevê-la rigorosamente”.<sup>14</sup>

A dialética do texto realiza-se quando o leitor desempenha bem o seu papel, que é fundamental quanto o que o escritor escreveu. Por isso, no trabalho com jovens e adultos, a leitura deve estar em primeiro lugar na sala de aula. Ela mostra para o aluno como é criado um texto, abrindo-lhe novo conhecimento, facilitando a construção de algo importante ao fazer a leitura. Antes de tratar dos aspectos mais pertinentes a produção de textos, cabe aqui tratar de

---

<sup>14</sup> Faraco, Carlos Alberto et. al.p.31, ed. 4. 1992

um gênero fundamental, em um curso de língua portuguesa: O texto literário. Predominantemente, nas outras áreas os textos utilizados são científicos, são artigos de jornais e revistas. Letras de canção, poemas, trechos de romances etc., serve para ilustrar algum tópico ou para iniciar ou finalizar alguma discussão. O professor de língua portuguesa fica responsável pela análise, o texto pensado artisticamente.

É um privilégio, o texto literário instaura o belo. O aluno se familiariza com esse tipo de emoção e decisivo para que aprenda valorizando o amor a leitura. A ficção é o que distingue o texto literário dos outros textos. Diferente do texto não-literário que apresenta a realidade existente, o texto literário se ocupa mais verossímil do que do real. O faz de maneira indireta, recriando o real num plano imaginário. Que escreve um texto literário recria o mundo nas palavras.

A produção de textos escritos deve estar fortemente vinculada ao trabalho de leitura e observar os mesmos princípios definidos. A linguagem esta a serviço da necessidade de comunicar pensamentos próprios e alheios; desenvolve a concentração a observação à abstração. O aluno da EJA precisa ser estimulado a lidar com a linguagem, para que veja a palavra com aliada e não como uma barreira. Muitas vezes esse ha resistência com relação aos processos de aprendizagem da escrita e consequência de malsucedidas experiências anteriores. Investir na mudança de postura do aluno diante de suas dificuldades, incorporado uma visão diferente das palavras, associando o trabalho da escrita com suas necessidades mais urgentes poderia ser uma primeira meta.

Essa "mudança de postura" pode funcionar como indicador seguro e imediato: se, ao final de cada curso, os alunos continuarem motivados para estudar e escrever suas idéias, usando os textos como ferramentas para buscar respostas as suas duvidas existenciais, acadêmicas, profissionais, evidentemente, o trabalho trilhou um caminho certo.

### **2.3 Práticas de escuta de textos orais e leitura de textos escritos**



Escuta de textos orais, compreensão dos gêneros do oral previstos para os ciclos, articulando elementos lingüísticos a outros de natureza não-verbal. Escuta de textos de gêneros do oral marcados por maior formalidade para a construção de modelos orientados para a própria fala. Identificação de marcas discursivas para o reconhecimento de intenções, valores, preconceitos veiculados no discurso. Emprego de estratégias de registros e documentação escrita na compreensão de textos orais, quando necessário. Identificação das formas particulares dos gêneros literários do oral que se distinguem do falar cotidiano.

Leitura de textos escritos: Explicitação de expectativas quanta à forma e ao conteúdo do texto em função das características do gênero, do suporte, do autor etc. Seleção de procedimentos de leitura em função dos diferentes objetivos e interesses do sujeito (estudo, formação pessoal, entretenimento, realização de tarefa) e das características do gênero e suporte: Leitura integral: fazer a leitura seqüenciada e extensiva de um texto; Leitura programada: utilizar expedientes de escolha de textos para leitura posterior.

Trabalhar a música através da oralidade e escrita, sugerindo música escolhida do aluno; quebra-cabeça com texto recortados, trabalho em grupo reconstituindo o mesmo; Leitura tópica: identificar informações pontuais no texto, localizar verbetes em um dicionário ou enciclopédia; Leitura de revisão: identificar e corrigir, um texto dado, determinadas inadequações em relação a um padrão estabelecido; Leitura item a item: realizar uma tarefa seguindo comandos que pressupõem uma ordenação necessária.

Emprego de estratégias não-lineares durante o processamento de leitura: Formular hipóteses a respeito do conteúdo do texto, antes ou durante a leitura; Validar ou reformular as hipóteses levantadas, a partir das novas informações obtidas durante o processo da leitura; Avançar ou retroceder durante a leitura em busca de informações esclarecedoras; Construir sínteses parciais de partes do texto para poder prosseguir na leitura; Inferir o sentido de

palavras a partir do contexto; Consultar outras fontes em busca de informações complementares (dicionários, enciclopédias, outro leitor). Articulação entre conhecimentos prévios e informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências, quer relacionados ao sentido quer ao contexto, autorizadas pelo texto, para dar conta de ambigüidades, ironias e expressões figuradas, opiniões e valores implícitos, bem como das intenções do autor.

Estabelecimento de relações entre os diversos segmentos do próprio texto, entre o texto e outros textos diretamente implicados pelo primeiro, a partir de informações adicionadas oferecidas pelo professor ou conseqüentes da história de leitura do sujeito.

Articulação dos enunciados estabelecendo a progressão temática, em função das características das seqüências predominantes (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa e convencional) e de suas especificidades no interior do gênero. Estabelecimento da progressão temática em função das marcas de segmentação textual, tais como: mudança de capítulo ou de parágrafo, títulos e subtítulos, para textos em prosa; colocação em estrofes e versos, para textos em versos.

Selecionar texto criado do aluno para fazer a organização da coesão e coerência na lousa. Estabelecimento das relações necessárias entre o texto e outros textos e recursos de natureza suplementar que o acompanham (gráficos, tabelas, desenhos, fotos, boxes) no processo de compreensão e interpretação do texto. Levantamento e análise de indicadores lingüísticos e extralingüísticos presentes no texto para identificar o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo, com a finalidade de: Confrontá-lo com o de outros textos; Confrontá-lo com outras opiniões; Posicionar-se criticamente diante do mesmo. Reconhecimento dos diferentes recursos expressivos utilizados na produção de um texto e seu papel no estabelecimento do estilo do próprio texto ou de seu autor.

### **2.3.1 Produção de textos orais:**

Planejamento prévio da fala em função da intencionalidade do locutor, das características do receptor, das exigências da situação e dos objetivos estabelecidos. Produção de textos dos gêneros selecionados para o ciclo, considerando a intencionalidade do locutor, das características do receptor, das exigências da situação e dos objetivos estabelecidos. Seleção, adequada ao gênero, de recursos discursivos, semânticos e gramaticais, prosódicos e gestuais. Emprego de recursos escritos (gráficos, esquemas, tabelas) como apoio para a manutenção da continuidade da exposição. Ajuste da fala em função da reação dos interlocutores, como levar em conta o ponto de vista do outro para acatá-lo, refutá-lo ou negociá-lo.

Produção de textos escritos: Redação de textos considerando suas condições de produção. Utilização de mecanismo discursivos e lingüísticos de coerência e coesão textuais, conforme o gênero e os propósitos do texto, desenvolvendo diferentes critérios; De manutenção da continuidade do tema e ordenação de suas partes; De seleção apropriada do léxico em função do eixo temático; De manutenção do paralelismo sintático e/ou semântico; De suficiência (economia) e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido; De avaliação da orientação e força dos argumentos; De propriedade dos recursos lingüísticos (repetição, retomadas pronominais, conectivos) na expressão da relação entre constituintes do texto. Utilização de recursos gráficos orientadores da interpretação do interlocutor, possíveis aos instrumentos empregados no registro do texto.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A alfabetização abre as portas de entrada para o mundo letrado que os homens produziram através de suas relações socioculturais, é através dessa prática que o indivíduo adquire as bases para aperfeiçoar-se das diferentes áreas do conhecimento. No entanto, sabemos que para que haja uma prática de alfabetização de jovens e adultos requer buscar de muitos meios, dentre eles o dia-a-dia dos indivíduos, sua história e cultura, buscar nos

conhecimentos produzidos pela humanidade e no compromisso político e profissional os motivos para conduzir o processo, e, onde o desejo de busca não deva se intimidar diante das dificuldades que serão encontradas nesse caminho e que as práticas venham a ser de formas inovadoras, competentes e prazerosas e com consciência que é uma busca contínua.

Diante das pesquisas realizadas e das teorias estudadas resultaram em contribuições aos alfabetizadores e educadores de pessoas jovens e adultas no sentido de rever os seus processos de formação, os projetos desenvolvidos e avaliar as propostas e as práticas que vêm realizando, as quais devem permitir aos educadores e alfabetizadores a compreensão e a intervenção no sentido do desenvolvimento de práticas pedagógicas que possam responder às necessidades e interesses dos sujeitos que buscam tardiamente a escola para se alfabetizar; às exigências do mercado de trabalho em acelerado processo de modernização e tecnificação necessitando cada vez mais de pessoas de níveis mais amplos de escolarização e conhecimentos especializados que permitam a instrumentação de sujeitos cada vez mais competentes e à necessidade dos sujeitos de terem uma visão crítica e criativa para exercer no mundo seu papel e buscar uma sociedade mais justa.

Entende-se que esse caminho deve-se iniciar na preocupação de formar educandos e educadores para viver em sociedade que têm uma cultura e que devem dar origem a novas culturas, sendo dessa forma seres capazes de sofrer transformação de consciência. Consciente das falhas das autoridades, deve-se realizar estudos teóricos para verificar as origens do analfabetismo na nossa sociedade acompanhado de um trabalho crítico reflexivo da prática educativa. Discutir os saberes de uma prática educativa, crítica e/ou progressista, através dos conteúdos programáticos obrigatórios auxilia os docentes, de maneira lúdica, sendo preciso que o formando entenda-se como sujeito, também construtor do saber, pois ensinar não significa apenas transmissão de conhecimentos, mas munir o educando de possibilidades para o desenvolvimento de sua própria produção.

## REFERÊNCIAS

BOURCIEZ, Edoucard. **Eléments de linguistique romane**. 4.ed paris, 1946, p. 26.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da língua portuguesa**, 12<sup>a</sup> edição / 3<sup>a</sup> tiragem, Rio de Janeiro, 1992.

FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão, **Prática de texto: Língua portuguesa para estudantes universitários**, 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis, editora vozes, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini dicionário Aurélio**, 4<sup>a</sup> edição, 9<sup>a</sup> impressão, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2002.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**, Belo Horizonte, Autentica 1998.

[www.pedagogiaemfoco-pro.br/jovens](http://www.pedagogiaemfoco-pro.br/jovens)

(E quisse d'une de la langue latine. 3. ed. Paris, Hachette, 1933, p. 5.)